

# A Crítica de Schelling à concepção da Lógica hegeliana como metafísica da fundação da realidade

Christian Iber\*

---

**Abstract:** The present article discusses Schelling's criticism of the hegelian conception of the Logic in his philosophy of revelation. This criticism is formulated within the framework of the distinction between "negative" and "positive" philosophy, which is fundamental to the late Schelling's thinking. At its heart is the rejection of the contrast between logical idea and reality (nature), and of the conception of the Logic as a categorial ontology. It is argued that Schelling's criticism is fair, in so far as Schelling rejects the hegelian conception of a passage from the idea to nature in the sense of an exteriorization of the idea, but that his rejection of the conception of a categorial ontology, which denies the objectivity of thinking, fails.

**Keywords:** Idea, Nature, Ontology

**Resumo:** O presente artigo discute a crítica de Schelling à concepção hegeliana da Lógica na sua filosofia da revelação. Essa crítica é formulada no quadro da distinção entre filosofia "negativa" e "positiva", que é fundamental para o pensamento do Schelling tardio. Em seu foco está a rejeição do contraste entre a ideia lógica e a realidade (natureza), e da concepção da Lógica como ontologia categorial. Defende-se que a crítica de Schelling é justa, na medida em que Schelling rejeita a concepção hegeliana de uma passagem da ideia para a natureza no sentido de uma exteriorização da ideia, mas que sua crítica à concepção de uma ontologia categorial, que nega a objetividade do pensamento, falha.

**Palavras-chave:** Ideia, Natureza, ontologia

---

Nessa contribuição será abordado o conceito de realidade e de natureza em Hegel, na medida em que será discutida a crítica de Schelling a Hegel. Schelling, que deu início à filosofia da natureza do idealismo alemão, critica, em sua filosofia da revelação, a concepção da Lógica de Hegel como metafísica que funda a realidade ou a natureza.

Schelling desenvolve sua crítica a Hegel no pano de fundo de sua distinção entre filosofia negativa e filosofia positiva posta pelo hiato estabelecido entre *o quê* (Was) e *o que* (Dass) do ser. Enquanto a ciência da razão discute somente a essência, ou seja, *o quê* (das Was) do ser, a filosofia positiva se ocupa com o enigma da existência do ser.

---

\* Doutor em Filosofia pela Freie Universität Berlin (FUB) e livre-docente da mesma universidade. E-mail: [iber\\_bergstedt@yahoo.de](mailto:iber_bergstedt@yahoo.de)

Na crítica de Schelling a Hegel tem que ser distinguidos dois níveis. Da crítica do início da Lógica hegeliana e da crítica do método dialético se sobressai o nível principal da sua crítica, cujos temas se agrupam em torno da estrutura do sistema da filosofia de Hegel: a crítica à contraposição entre a ideia lógica e a natureza e a crítica à transição da Lógica para a natureza. As objeções que dizem respeito a essa transição constituem a forma sistemática da crítica de Schelling a Hegel.<sup>1</sup>

O artigo tem quatro partes: Na primeira, a crítica de Schelling ao início da Lógica de Hegel e ao seu método dialético será esclarecida. Na segunda parte, abordar-se-á a crítica de Schelling ao contraste entre ideia lógica e realidade, bem como à Lógica enquanto uma simples doutrina do conceito. Na terceira parte sua crítica à transição da Lógica para a natureza será discutida. Um exame da crítica de Schelling a Hegel tem que esclarecer a questão da validade dessa crítica, pois, só então, ficará claro de que modo Schelling apresenta de fato uma alternativa a Hegel e se essa mesma é plausível.

### *I. A crítica do início da Lógica e do método dialético*

Na sua crítica do início da Lógica, Schelling compara este início com o início da sua própria filosofia da identidade, cujo início é a indiferença entre sujeito e objeto, em que o sujeito é apenas em si ou apenas inteiramente objetivo. Na passagem do objetivo para o subjetivo no processo da objetivação do sujeito, este último se desembaraça de sua objetividade inicial, para tornar-se verdadeiramente sujeito para si mesmo.

Hegel, de acordo com Schelling, começaria, pois, de forma semelhante à filosofia de identidade com um início o mais objetivo possível, ou seja, com o ser puro, o qual, contudo, seria a “negação de todo subjetivo” (SW X, 131). Por causa do desvanecimento de todo o subjetivo não se saberia de onde deveria sair um movimento de transição. O ser tomado apenas objetivamente não poderia ter em si mesmo nenhum movimento. O movimento do pensamento do sujeito filosofante substituiria o movimento da coisa. Schelling vê o movimento determinado teleologicamente pelo

---

<sup>1</sup> A crítica de Schelling a Hegel se encontra, por um lado, no capítulo sobre Hegel na sua conferência de Munique „Geschichte der neueren Philosophie [A história da nova filosofia]“ do ano de 1827 (SW, Vol. X, 126-164) e, por outro, em sua palestra inaugural em Berlim no ano de 1841/42 (Paulus, 121-139). Embora no posfácio de Paulus alguns aspectos sejam destacados mais claramente ou novos sejam acrescentados, concordam ambas as apresentações de Hegel nos pontos essenciais.

resultado e nega-lhe toda necessidade.

O „mundo real“ (SW X, 132) que Hegel queria deduzir na Lógica, seria o pressuposto do movimento do pensamento como *terminus ad quem*. O procedimento, então, seria determinado a partir das casualidades das “opiniões *individuais* do mundo do sujeito filosofante” (SW X, 132). Enquanto o sistema da identidade teria o princípio no sujeito-objeto, pelo qual o sujeito seria deixado a critério de um processo necessário, no qual se determinaria a si mesmo, na Lógica de Hegel nem o começo se moveria nem o movimento seria necessário. De fato, Hegel não compreende as formas do pensamento na Lógica como os próprios desempenhos do sujeito humano. Antes, pelo contrário, ele lhes atribui um ser-em-si metafísico, o qual é reproduzido somente no conhecer humano. Esse ser-em-si metafísico das formas do pensamento Schelling quis denunciar como hipóstase.

Contra a ponto de vista de Hegel de que o ser puro e indeterminado seria „o primeiro pensamento por excelência” (SW X, 132), Schelling sustenta que de nenhum modo poderia existir um “ser sem sujeito” (SW X, 133). O ser seria necessariamente algo determinado e, na verdade, ou como ser original posto como primeiro sujeito ou como ser objetivo. Com isso, Schelling nega que o ser inicial seria totalmente sem pressuposto e sem determinação.<sup>2</sup>

Schelling vê uma terceira possibilidade de interpretação do ser hegeliano do início, mesmo que sua consequência não seja a intenção de Hegel. Se o ser não é tomado nem como original nem como objetivo, mas como “ser em geral”, então, nesse ser não é “pensado nada de verdadeiro” (SW X, 133). Caso o ser puro ser pensado como totalmente destituído de determinação, como corresponde à posição de Hegel, então, se deve pensar, mas, ao mesmo tempo, não se deve pensar, porque assim não se erra.

Essa contradição Schelling vê no ser de Hegel e é sobre isto que incide sua crítica central: o primeiro pensamento do ser puro seria um “não-pensamento”, em virtude dele

---

<sup>2</sup> Na crítica da indeterminidade do ser no início da Lógica de Hegel Ludwig Feuerbach coincide com Schelling: “[...] só o ser determinado é o ser, o conceito do ser está inserido no conceito da determinidade absoluta. Eu tenho o conceito do ser do próprio ser, mas todo ser é o ser determinado” (L. Feuerbach, Zur Kritik der Hegelschen Philosophie [À crítica da filosofia hegeliana] (1839), in: L. Feuerbach 1975, vol. 3, 7–53, 27). Contudo, Feuerbach não compreende o ser determinado como ponto de partida de um exame lógico do pensamento, mas como objeto da consciência sensível.

ser totalmente sem determinação (SW X, 133), ou seja, o ser não seria nada e também não tornar-se-ia algo. Do ser puro de Hegel não haveria nenhum progresso para a determinidade. O início da Lógica seria um malogro.<sup>3</sup>

Schelling defende, em particular, que a sentença „o ser puro é o nada” (SW X, 133) é a tautologia que nada diz da auto-dissolução do ser e do nada. Schelling zomba a este respeito de Hegel, porque embora ele afirme que o ser e o nada não subsistam tomados em si mesmos, portanto, sendo, na verdade, o mesmo, essa afirmação não pode ser compreendida como se ambos fossem quimeras; mas acredita que, com esse conhecimento, ter adquirido uma nova categoria objetiva, a saber, o devir, do qual deve resultar o ser-aí.

A crítica de Schelling ao início da Lógica é legítima, desde que Hegel transforme tal início em uma lógica do início absoluto de tudo. Com as determinações abstratas e vazias do pensamento, como o ser, o nada e o devir, Hegel pretende, no início da Lógica, fazer uma dedução do ser-aí. O caráter metafísico da Lógica consiste no fato de que esta última não quer somente explicar os objetos existentes, mas quer também ainda deduzir o pensamento do ser do existente como pressuposto da explicação categorial.

Visto que a necessidade da existência das coisas não é dedutível do pensamento, Schelling mostra que na dialética de Hegel a intuição que o conceito pretende suprasumir para implementar o movimento do pensamento no éter do pensamento puro, serve como pressuposto e guia oculto. De fato, Hegel chega a novos conteúdos apenas pela intuição. A contradição no método de Hegel consistiria nisso que ele teve “que negar essas formas da intuição e, contudo, fez uso delas constantemente” (SW X, 138). A dialética de Hegel guardaria apenas a aparência de um puro e imanente automovimento, mas, na verdade, adquiriria sua riqueza de determinação pela intuição.

---

<sup>3</sup> Hegel concebe o progresso do ser puro para o nada como determinação do pensamento através de uma substantivação discutível do pronome indeterminado „nada“ para „o nada“ (G.W.F. Hegel, *Wissenschaft der Logik I* [A ciência da Lógica I], em: 1969 ss., Vol. 5, 82 s.). Para fazer uma distinção entre ambas as categorias de ser e de nada Hegel lembra que pensar algo não é o mesmo que pensar nada. Aqui, levanta-se a objeção de que essa diferença não se aplica aqui, porque pensar algo significa pensar algo determinado; contudo, Hegel é contra pensar assim em relação ao ser puro (cf. *ibid.*, 67). Vittorio Hösle acentua, com razão: “Que eles (ser e nada) têm que ser pensados de alguma forma ainda como diferentes, não como idênticos, é o aspecto mais difícil na dialética do ser e o nada” (1988, 199 Anotação 81).

Resumindo: De acordo com Schelling, a Lógica de Hegel é já no seu início a metafísica que trata da dedução do ser-aí das determinações puras do pensamento: o ser, o nada e o devir. Contudo, ela pressupõe o que ela quer provar. O método da Lógica se baseia na antecipação subjetiva do resultado. Em virtude de sua ausência de determinação, não ocorre nenhum progresso do ser puro para a determinidade. O progresso se torna casualidade do sujeito pensante. O ser, na verdade, é já sempre o ser determinado. O defeito de Hegel é, segundo Schelling, que ele parte da contradição consciente, contudo, não vendo isto como objeção ao início com o ser puro. Contra a crítica de Schelling tem que se fazer valer que daí não se segue que todas as deduções categoriais da Lógica sejam meramente ilusórias.<sup>4</sup>

## *II. Crítica da oposição entre a Lógica e a natureza e da Lógica como mera doutrina do conceito*

Na medida em que Schelling passa a problematizar o sistema hegeliano como um todo, ele passa para um nível de maior importância. A crítica a esse nível diz respeito, em primeiro lugar, à afirmação de Schelling de que a Lógica de Hegel seria separada do restante do sistema por um terrível abismo e, em segundo lugar, a sua alegação de que, na Lógica de Hegel, o pensamento teria somente a si mesmo como objeto.

Como o outro da idéia lógica, a natureza em Hegel não é só mera determinação negativa, mas essa determinação negativa aparece como sua determinação geral positiva. Schelling, com razão, critica em Hegel que a natureza não teria nenhuma outra determinação que ser oposta à idéia lógica (sf. SW X, 152).

De fato a Lógica pronuncia o julgamento infinito e negativo sobre a natureza de que ela seria, diferentemente do lógico, o mero não-lógico, - um julgamento que, de acordo com os próprios critérios de Hegel, é um julgamento disparado, porque nele o sujeito e o

---

<sup>4</sup> O início da Lógica com o pensamento sem determinação do ser puro defendem tanto Brinkmann 1976, 121–211, esp. 192–195, quanto White 1983, 45–40. Ambos recapitulam a intenção metafísica de Hegel a pôr em conta na Lógica um início absoluto de todo, sem refutar a repreensão de Schelling que o pensamento seria um mal-pensamento, porque ele é contraditório. Friedericke Schick custodia a crítica de Schelling no início da Lógica com o ser puro em frente dos defensores de Hegel (vgl. Schick 1994, 129–135).

predicado perpassam um ao outro totalmente, como, por exemplo, no julgamento infinito e negativo de que a “a rosa não é nenhum elefante”.<sup>5</sup>

Opondo-se a isto, Schelling afirma que a filosofia da identidade pode integrar em si a natureza e deduzi-la em suas formas apriori. Hegel, pelo contrário, oporia a natureza ao lógico de tal forma que ela não seria encontrada no sistema nem nas suas formas apriori nem como natureza existente, porque o sistema inteiro de Hegel teria o caráter lógico, não nas suas formas apriori, dado que estas não existiriam na Lógica. A Lógica como primeira ciência se apresenta como Lógica “anterior à toda natureza” (SW X, 141). Ele não poderia, assim Schelling critica, esconder o “defeito da *vida verdadeira*” (SW X, 137).

Após a crítica da oposição entre idéia lógica e efetividade, Schelling passa à crítica da Lógica como uma doutrina apenas dos conceitos. Schelling contesta a categorialidade dos conceitos tematizados na Lógica, ou seja, que as determinações do pensamento são, ao mesmo tempo, determinações do ser, as determinações universais da realidade. Por isso, para ele, o pensamento que tem apenas a si mesmo como objeto, é de se chamar “no mínimo, um pensamento não efetivo” (SW X, 141).

O pensamento efetivo existiria, segundo Schelling, somente onde se configura uma oposição entre pensamento e objeto. Seu movimento consiste no fato de que o sujeito pensante suprassume esse contraste, pelo qual experimenta uma elevação sucessiva de sua subjetividade, “até, por fim, repousar de modo puro, quer dizer, não mais podendo tornar-se objetivo, permanecendo consigo mesmo” (SW X, 137). Os conceitos lógicos em Hegel, pelo contrário, teriam “o real ainda fora de si” (SW X, 140).

Um conteúdo poderia somente ser acrescentado aos conceitos se a razão pudesse ser acompanhada pela intuição, assim como a filosofia negativa em geral teria a experiência como controle. Os conceitos têm lugar, para Schelling, “*após* a natureza, não *antes* da mesma” (SW X, 140). Na medida que eles não seriam deduzidos no sistema do sujeito-objeto absoluto, eles seriam a posse do eu subjetivo totalmente independente das coisas.

---

<sup>5</sup> Para uma apresentação crítica de Hegel sobre o julgamento infinito cf. G.W.F. Hegel, *Ciência da Lógica II*, em: 1969 ss., vol. 6, 324-326.

Se os conceitos são, então, retirados de sua posição no sistema, restaria, como instância única da formação da teoria o sujeito filosofante, o eu fichteano no entendimento schellingiano.

A crítica de Schelling à Lógica de Hegel enquanto mera doutrina do conceito que acredita se sair bem sem um sujeito dos predicados, implica que ele não vê Hegel como um dos representantes da filosofia negativa. Diferentemente de sua própria ciência da razão que estabelece um sistema apriori da efetividade no espaço do pensar possível do pensamento, a Lógica de Hegel é, para Schelling, uma mera doutrina do conceito que não considera a coisa, como ela é no pensamento, mas tem somente os conceitos formais como objeto.

Por isso, Schelling contesta a Lógica hegeliana por ser uma ontologia categorial, e isto se torna compreensível porque Schelling acredita estar legitimado comparar a Lógica de Hegel com a metafísica escolástica e, por conseguinte, poder rejeitá-la como uma recaída num pensamento pré-crítico (cf. SW X, 138s.). Além disso, torna-se compreensível porque Schelling denomina a filosofia de Hegel como “episódio” (SW X, 128) no desenvolvimento filosófico moderno. Visto que ela, de acordo com sua posição, não é nem filosofia negativa nem positiva, aquela se apresenta, para ele, como aparência contraditória e, com isso, como a aparência temporária da moderna história da filosofia.

A contestação da categorialidade do pensamento na Lógica pode ser rejeitada. As categorias da Lógica hegeliana, enquanto abstrações do conteúdo empírico das coisas, não são simples conceitos formais. A categorialidade do pensamento consiste na identidade afirmada na Lógica entre as determinações do pensamento e as determinações do ser que garantem, de acordo com Hegel, o desempenho específico da razão. A instância que assegura, para Hegel, a identidade entre pensamento e realidade é o próprio pensamento conhecedor.

A maneira como Hegel funda a categorialidade do pensamento na idéia absoluta, mostra que sua ontologia categorial é, ao mesmo tempo, metafísica. A identidade entre conceito e coisa que é a obra do pensamento conhecedor, é imediatamente tomada de tal forma

que a objetividade do mundo pressuposta pelo pensamento aparece como obra da idéia absoluta, que a Lógica rege o mundo das aparências. A Lógica é tomada, com isto, como a causa do mundo e lei interna da efetividade. O conceito não só compreende objetivamente a efetividade, mas, enquanto idéia, ele age ao mesmo tempo como poder real que se realiza objetivamente na efetividade. Contra isto fica para ser confirmado que o pensamento objetivo é algo diferente que a objetivação real do conceito.<sup>6</sup>

Na medida em que Schelling nega o que o pensar do pensar seja o pensamento efetivo, fica implícita também a sua própria concepção do pensar enquanto mera possibilidade que não sai de si para abrir-se à efetividade e tornar-se algo simplesmente subjetivo. Com a separação entre pensamento e realidade, a referência do pensar à efetividade é assegurada apenas pela intuição. Contudo, como a complementação do conceito pela intuição deve ser pensada mais detalhadamente e, por outro lado, o que o conceito acrescenta positivamente à intuição, não fica claro em Schelling. Todavia, não podemos, afinal de contas, deixar de ver que Schelling vê apenas a intuição como a verdadeira forma de conhecer.

O defeito principal da filosofia negativa de Schelling no que diz respeito ao método, consiste no fato de que ela não pode elaborar o sistema apriori das possibilidades do pensamento, ou seja, a doutrina das potências para uma doutrina das categorias. Sobre o desenvolvimento imanente das categorias via negação da negação e da contradição na Lógica de Hegel Schelling se exprime de maneira tão significativa quanto nada.

É se baseando no caráter da representação das potências que Schelling vê o defeito da dialética hegeliana no déficit meramente lógico, portanto, no fato de que o sistema das categorias se realiza através da negação determinada e contínua. Para desenvolver uma categoria como negação determinada de uma antecedente não significa, para Hegel,

---

<sup>6</sup> Para salvar Hegel da crítica de Schelling de ter regredido à filosofia negativa, Klaus Brinkmann confronta a controversa de Hegel e Schelling com a alternativa entre ontologia categorial e filosofia positiva (cf. Brinkmann 1976, 121-211, esp. 204–208). Contudo, é preciso confirmar que a Lógica de Hegel como ontologia categorial é e quer ser, ao mesmo tempo, metafísica. A Lógica de Hegel é metafísica pelo fato de que ela examina não apenas as formas do pensamento que contribuem para compreender objetivamente a efetividade no pensamento, mas, ao mesmo tempo, afirma que a efetividade seria o pensamento realizado. Deste ponto de vista, o conhecimento da realidade é, ao mesmo tempo, a prova de sua racionalidade. Como sistema, a filosofia de Hegel cumpre a condição de deduzir todo o conteúdo do pensamento do próprio pensamento.



compreendê-la não como não compreendida. A intuição não pode ser, com isso, considerada a alternativa para o pensamento conhecedor.

O papel fundante da intuição, na concepção de Schelling, fica claro na sua réplica à crítica de Hegel da intuição intelectual (cf. SW X, 147ss.). A objeção de Hegel de que o absoluto surgiria, no sistema da identidade de Schelling, como pressuposto não fundamentado no início e não como resultado fundamentado no fim, corresponde crítica de que a filosofia de identidade teria, em relação ao absoluto, apelado à intuição intelectual em lugar de deduzi-lo pela via científica através da mediação do pensamento.

Schelling esclarece a sua maneira de empregar o conceito de intuição intelectual, na medida em que ele se distancia do conceito de intuição intelectual de Fichte. Enquanto em Fichte o eu se assegura de modo indubitável de sua existência na intuição intelectual, não é para Schelling o eu, mas o absoluto que deve ser assegurado na intuição intelectual.

Na abstração do eu subjetivo na intuição intelectual, teria se alcançado o “sujeito-objeto geral e indeterminado”, o qual dela “retirado” se torna a “coisa do pensamento puro” (SW X, 148). Diferentemente de como se dá em Fichte, não se trata, em Schelling, portanto, de assegurar o “eu sou” (SW X, 148) com a ajuda da intuição intelectual, mas o que está em jogo é a essência ou o conteúdo do absoluto que só pode ser alcançado com a abstração do eu.

Na filosofia tardia, a intuição intelectual não visaria, porém, primeiramente à existência primária. Por isso, ela se põe como “*matéria* do pensamento” (SW X, 150) no início da filosofia negativa. Ela seria como “o pensamento não pensando” (SW X 151), como que o portador do pensamento, cuja atividade só se ergue em sua base. A intuição intelectual que permanece na transição da filosofia negativa para a positiva e afirma a existência do absoluto, Schelling denomina “êxtase” do pensamento (cf. Paulus, 157, SW XIII, 127, 162s.).

Visto que Hegel já provaria a existência do absoluto na Lógica e a filosofia, pois, transitaria da Lógica para a filosofia real, a qual igualmente teria o absoluto como

resultado, emergiria o paradoxo de que o absoluto seria deduzido tanto na Lógica quanto na filosofia do real, portanto, seria deduzido duas vezes como resultado (cf. SW X, 146). Neste sentido, a inteira filosofia de Hegel teria que ter o caráter do lógico, mas de fato ele se dividiria em duas partes opostas, a saber, uma de natureza lógica e outra de natureza real (SW X, 136).

Schelling vê a causa dessa inconsistência por ele diagnosticada na contradição da Lógica entre o princípio centrado no simples pensamento do pensamento e o início com o ser meramente objetivo. No fim da Lógica de Hegel se distinguiria o ser puro como “a idéia *realizada*” (SW X, 151), que incluiria a pretensão à “*existência*” (Paulus, 126). Aqui ficaria claro que a idéia lógica como existente já estaria pressuposta no começo no interior do ser sem sujeito e apenas objetivo.

### *III. Crítica da transição da Lógica para a natureza*

De acordo com Schelling, na concepção da transição da idéia lógica para a natureza é exigida a idéia lógica como existente, pois, apenas enquanto tal, a idéia lógica poderia decidir-se livremente (SW X, 154). Ao mesmo tempo, Schelling contesta a necessidade da transição afirmada de Hegel e a vê como uma arbitrariedade do filósofo fazer da idéia lógica também princípio da efetividade.

Visto que a idéia já seria acabada na Lógica, não haveria nenhuma transição necessária para a natureza fundada na constituição da idéia. A transição para a natureza em Hegel aconteceria somente porque a natureza existiria também. A natureza surgiria não aprioristicamente no sistema hegeliano, mas como empírica ao lado da idéia lógica que aí teria que “sair de si” (SW X, 152). Entre a Lógica e a natureza residiria um “terrível abismo” (SW X, 154).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Rolf-Peter Horstmann tenta a apresentar a transição da idéia lógica à natureza como necessidade que está contida na constituição dialética da própria idéia. Poderia ser invalidado, com isso, a repreensão de Schelling da oposição da lógica e a natureza, então, a filosofia de Hegel como ontologia categorial seria assegurada. Como Brinkmann Horstmann identifica a Lógica como ontologia categorial com a Lógica como metafísica (cf. Horstmann e Petry (Hg.) 1985, 290-308.

Com isso, contudo, fica caracterizado apenas um lado da contradição da transição da idéia lógica para a natureza em Hegel. Pois, assim como a idéia exclui de si a necessidade da transição para a natureza em virtude do acabamento que alcança na Lógica (o que fica manifestado na sua liberdade absoluta), a transição é exigida em sua necessidade, porque a idéia só é acabada no sentido lógico. Na medida em que Schelling não vê esse aspecto, escapa-lhe a dimensão inteira da ambivalência da relação metafísica da idéia lógica frente à efetividade em Hegel.

Pois se a idéia lógica na sua negação da natureza não deve perder o poder metafísico da realidade, então ela tem de permanecer no seu outro. Daí se esclarece o esforço de Hegel para encontrar de novo as determinações abstratas gerais na particularidade dos objetos da natureza. Na sua relação com o poder metafísico de realidade da idéia lógica, a efetividade em Hegel experimenta, portanto, tanto uma depotenciação quanto uma justificação principal e, na verdade, bastante abstrata do ponto de vista racional. Ela se revela, assim, como exteriorização ou manifestação da idéia lógica.<sup>8</sup>

Schelling liga a problemática da transição da idéia lógica para a natureza a sua intenção principal de sua filosofia positiva que é a de tornar compreensível o pôr da existência. Com isso, ele faz uma conexão entre a transição da idéia lógica para a natureza e põe a problemática da criação. Visto que, segundo Schelling, só o Deus real do cristianismo é o Deus-criador, a transição da Lógica para a natureza só pode ser compreendida, de acordo com ele, como uma tentativa fracassada de Hegel em alcançar o conceito de uma “criação livre do mundo” (SW X, 156). Um pensamento básico de sua filosofia tardia é que Deus, no fim da filosofia negativa, não pode fornecer o princípio com o qual a filosofia positiva pode iniciar, pois, Deus, no fim citado, é apenas idéia, ou seja, Deus

---

<sup>8</sup> Enquanto Feuerbach, fazendo uma inversão imediata da doutrina da idéia hegeliana, opõe, sem mediação, o absoluto ao real (cf. L. Feuerbach, *Grundsätze der Philosophie der Zukunft* [Princípios da filosofia do futuro] (1975, Vol. 3, 247-322, esp. 298) tematiza Karl Marx a relação metafísica entre a idéia lógica e a realidade em Hegel sob as denominações de „mistificação“ e „logificação“ na sua ambivalência. Na medida em que a realidade é vista como produto da idéia que se exterioriza, esta sofre, por um lado, uma depotenciação e, por outro, as categorias abstratas gerais da idéia lógica são encontradas nela na abstração das suas determinações especiais. Assim, a „lógica da coisa“ é transformada sistematicamente em uma „coisa da lógica“. (cf. K. Marx, *Kritik des Hegelschen Staatsrechts* [Crítica do Direito do Estado hegeliano], em: Marx e Engels 1956 ss., 203 ss.). Nessa ambivalência se baseia também a inconsistência que Schelling consta, desembrar-se em uma oposição da Lógica e a filosofia real, por outro lado, ter em todo o caráter do lógico.

pensado.

Hegel cairia justamente neste erro; ele faria momentaneamente do resultado da Lógica o princípio da natureza. Mas uma tal “inversão” (SW X, 157) do resultado, ou seja, a sua transformação em um princípio, permaneceria no âmbito do lógico. Na medida em que ele, portanto, faria da idéia absoluta, como ela seria no início da Lógica, o princípio da filosofia da natureza, Hegel apenas simularia uma doutrina da criação. No fim do seu sistema, portanto, na filosofia do espírito absoluto, Deus teria novamente apenas um caráter de resultado, o que desmentiria em definitivo o seu *status* de princípio.

Da crítica de Schelling à concepção da auto-realização de Deus, ficam claro, ao mesmo tempo, as condições para um conceito adequado de Deus no sentido de Schelling. Na verdade, Hegel, ao admitir a ideia do ato livre da exteriorização da idéia lógica, estaria mais próximo da “filosofia *histórica*” (Paulus, 133). Essa aproximação, contudo, seria aniquilada de novo pelo fato de que a criação seria compreendida por ele como um “fazer eterno” (ibidem.). Pois, quando Deus teve, de fato, de transitar para a natureza, ou seja, para o mundo, ele teve, então, de nele se realizar.

Deus seria meramente compreendido „no processo ou [como] o próprio processo” (SW X, 160). Deus seria pensado como um acontecimento que se daria em círculo, como o eterno regresso do mesmo de Nietzsche. Este Deus filosófico da razão não é, segundo Schelling, o Deus-criador absolutamente livre do cristianismo, cuja criação, enquanto ato absolutamente livre, é, ao mesmo tempo, um acontecimento único do pôr da existência que escapa à cada construção racional, lógica e apriori.

O pensamento popularizado de que Deus estaria submetido a um devir, seria compreendido como se Deus alcançasse apenas no homem a sua auto-consciência. Essa suspensão da diferença entre a auto-consciência divina e a humana que aparece de modo exemplar no hegeliano de esquerda Bruno Bauer, Schelling vê instalada no interior do conceito de Deus e de espírito em Hegel.<sup>9</sup>

A crítica de Schelling ao conceito de Deus em Hegel consiste, portanto, no fato de que

---

<sup>9</sup> Cf. Bauer 1841. „Isto é reamente a miséria profunda do popularizar” (Paulus, 133).

ele, como Deus da filosofia da razão, não pode explicar o pôr da existência. Com isto, ele interpreta a transição da Lógica para a natureza como tentativa fracassada de uma doutrina de criação, na qual Deus se imiscui na exterioridade do mundo, consequência que, segundo Schelling, não deve ser aceita para se obter um conceito adequado de Deus. Deus é, segundo Schelling, apenas Deus criador efetivamente livre, na medida em que ele pode permanecer também fora da criação efetiva.

Do fracasso diagnosticado da tentativa de Hegel em conceber a Lógica como metafísica resulta o postulado schellingiano da separação entre filosofia negativa e filosofia positiva. A filosofia exige apenas o pôr da existência, sem poder fornecer os meios para seu cumprimento. A filosofia positiva tem, por um lado, a filosofia negativa como pressuposto necessário e, por outro, ela começa sem pressuposto.

A filosofia positiva de Schelling é essencialmente uma especulação sobre Deus. Ela pergunta como o Deus cristão efetivo pode ser compreendido adequadamente. Ela desenvolve um conceito de Deus que, como “senhor do ser” (SW XI, 566) pode transformar a existência originária dedutível em existência no mundo. Daí se pode dar uma resposta à pergunta metafísica porque há algo em geral e não nada (cf. SW XIII, 7) e, com isso, também à pergunta como o mundo penetra as malhas da razão (cf. SW X, 143). Porém, a existência não dedutível enquanto tal permanece também para Deus um enigma. Que a existência como tal é para Deus um enigma, caracteriza a contradição do início absoluto da filosofia positiva: Se o princípio do pôr da existência tem que ser ele próprio algo existente, ou seja, o existente necessário (*ens necessarium*), então, ele cai no âmbito do qual ele é o princípio.

Se com o pôr da existência divina do mundo a objetividade do pensamento, não garantida pela própria razão, pode ser compensada, é passível de dúvida. A existência da coisa é, na verdade, a condição necessária do seu conceito de razão. Contudo, que a coisa é, não tem nada a ver com a objetividade do seu conteúdo pensado. O ser compreende a coisa tal como ela é somente de modo imediato. Com a negação da pretensão de objetividade do pensamento garantida pela razão está dada também a pretensão à formação razoável do mundo existente.

Resumindo: A crítica de Schelling a Hegel tem dois aspectos fundamentais: Em primeiro lugar, ela contesta a categorialidade da Lógica, a identidade entre pensamento e realidade. A Lógica é, para Schelling, meramente uma doutrina de conceitos vazios e, em segundo, ele mostra que, com a transição da idéia lógica para a natureza, existe somente a aparência do pôr da existência, portanto, só a aparência de uma criação efetiva. A prova da necessidade da existência não seria apresentada pela Lógica como metafísica. Visto que Hegel, contudo, acredita ter demonstrado a efetividade como racional e necessária, as objeções de Schelling contra a transição da idéia lógica para a natureza são fundamentais de um ponto de vista sistemático. À concepção de Hegel da efetividade como revelação da idéia lógica ele opõe a concepção do pôr da existência do mundo por Deus como senhor do ser.

#### *IV. Conclusão*

Concluindo, gostaria de elucidar a questão da validade da crítica de Schelling a Hegel. A crítica de Schelling a Hegel e sua separação entre filosofia negativa e filosofia positiva se baseia em uma compreensão da relação entre pensamento e realidade que a Lógica de Hegel superou como ontologia categorial. O pensamento capaz de compreender, segundo Hegel, é capaz de produzir a identidade entre o pensamento e a realidade.

Contudo, projetada como metafísica, a Lógica de Hegel restabelece, ao mesmo tempo, o abismo entre pensamento e efetividade, porque o conceito da relação objetual com o seu outro, ou seja, a efetividade, posto de modo absoluto, fica desvanecida. Como metafísica, a Lógica envolve a separação entre idéia lógica e realidade que seria de se remediar somente através da prova da existência da efetividade, prova que Hegel, de acordo com Schelling, aparentemente faz com sua concepção da exteriorização da idéia lógica. Não é de desautorizar a legitimidade da crítica de Schelling, desde que ele mostre a impossibilidade dessa prova para o pensamento. Como crítica da hipóstase do conceito em relação à idéia e, com isso, da crítica da concepção da Lógica como metafísica permanece legítima a posição de Schelling contra Hegel.

Contudo, sua crítica toca também a concepção da Lógica como ontologia categorial. A

depreciação do conceito para o pensamento do que só encerra possibilidade gera em Schelling a separação entre pensamento e efetividade que nega principalmente a identidade entre o pensamento e a efetividade que a Lógica como ontologia categorial afirma. Com o hiato entre o pensamento e a efetividade, contesta-se ao pensamento não só o poder de realidade que lhe é atribuído por Hegel, mas também sua objetividade no sentido de uma ontologia categorial. Nisto se restitui, em Schelling, a metafísica do conhecimento crítico na linha da filosofia transcendental de Kant.

Na crítica de Schelling a Hegel é identificado o fracasso diagnosticado da Lógica enquanto metafísica com o fracasso diagnosticado da Lógica enquanto ontologia categorial. Ao pensamento é contestada principalmente a capacidade em produzir a unidade de si mesma e a efetividade. Nesse ponto reside a não legitimidade da crítica de Schelling a Hegel.

Tanto Hegel quanto Schelling se relacionam com indiferença com a diferença entre a concepção da Lógica como ontologia categorial e a concepção da Lógica como metafísica. Hegel é da opinião de que, com a capacidade do conceito em compreender objetivamente a efetividade, o conceito também seria mostrado como um poder que reina na efetividade e, assim, com a negação do poder metafísico da efetividade como idéia, fica questionada a capacidade de Schelling em compreender objetivamente a efetividade.

Hegel e Schelling têm ambos a necessidade metafísica de não se contentar com a posição de que existe também uma efetividade fora do conceito, mas visam demonstrar que ela seja fornecida de modo incondicional. Enquanto Hegel se alinha à prova da existência da efetividade a partir da razão, Schelling mostra a necessidade da existência pelo êxtase da razão que permite vislumbrar a existência do mundo através de Deus.

Porque Schelling também pretende formular uma metafísica que possa explicar a necessidade da existência do mundo (a qual, contudo, se oferece somente com a auto-superção da razão), há em sua concepção do sistema uma inconsistência. A filosofia positiva tem, por um lado, a filosofia negativa como pressuposto necessário; por outro lado, seu início é sem pressuposto, quer dizer, absoluto. A condição de fundamentação

de ambas se dá na condição de uma não-fundamentação, porque a instância da fundamentação, a razão, se elimina ela mesma na transição para a filosofia positiva.

A tarefa da metafísica em explicar o pôr de existência pode vencer na filosofia positiva apenas pagando o preço da auto-negação da razão. A divisão insuperável da filosofia negativa e positiva corresponde ao hiato entre o pensamento e a efetividade. Se o pensamento, em sua diferença formal, é, ao mesmo tempo, reduzido à efetividade como meramente possível, então, a diferença entre o pensamento e a realidade não pode mais ser vencida no interior do pensamento. Se, para o pensamento, a existência pura do mundo enquanto tal tem de penetrar a experiência, é exigida então a suprassunção da sua diferença formal na realidade. Essa exigência é cumprida na filosofia positiva pelo êxtase da razão, graças à qual o existente necessário, ou seja, a necessidade da existência, defronta-se imediatamente com o pensar.<sup>10</sup>

Resumindo, pode-se dizer: Tão terrivelmente vasto é o abismo entre a idéia lógica e a realidade em Hegel, quanto terrivelmente vasto é aquele existente entre o pensamento e a efetividade, bem como aquele entre a filosofia negativa e positiva em Schelling. Enquanto Hegel supera esse abismo com a afirmação de que a efetividade seria ela própria pensamento, ou seja, a idéia lógica manifestada, Schelling a supera com a afirmação de que a efetividade seria de se experimentar apenas através da auto-suprassunção do pensamento.

Hegel diz: O que é efetivo, é necessário; o que é necessário eu posso conhecer com o meu pensamento; o que eu posso conhecer com meu pensamento racional é racional em si mesmo. Schelling afirma: O que existe necessariamente, ou seja, o existente necessário, não é pura e simplesmente passível de ser conhecido pela minha razão, porque se encontra para além de toda razão. Apenas Deus, o senhor do ser imemorable pode lidar razoavelmente com ele e, com isto, contribuir para a revitalização de minha razão humilhada na filosofia negativa. A concepção metafísica da Lógica como

---

<sup>10</sup> Friederike Schick ilumina a questão da legitimidade da crítica de Schelling a Hegel, na medida em que ela vê como positiva a sua crítica à identificação hegeliana entre razão e metafísica e a retira da problemática separação entre razão e metafísica na sua própria concepção de filosofia. Contra as intenções metafísicas de ambos, ela valoriza a Lógica de Hegel em relação ao objetivo do conhecimento cognoscente que é de apreender objetivamente a efetividade (cf. Schick 1994, 308-313).



fundamento do mundo em Hegel se defronta com a concepção metafísica do pôr da existência do mundo por Deus em Schelling: ou seja, ou a prova da existência do real pela razão ou o atestado da existência do real pelo êxtase da razão. Ambas as concepções não podem significar a verdade.

### **Referências bibliográficas:**

Bruno Bauer, *Die Posaune des jüngsten Gerichts über Hegel den Atheisten und Antichristen* [*O trombone do Juízo final sobre Hegel ser ateísta e anti-cristão*], Leipzig 1841.

K. Brinkmann, Schellings Hegel-Kritik [A crítica de Schelling a Hegel], em: Hartmann 1976

L. Feuerbach, *Werke in 6 Bänden (Theorie Werkausgabe)*, E. Thies (org.), Frankfurt/M.: Suhrkamp 1975.

K. Hartmann (org.), *Die ontologische Option. Studien zu Hegels Propädeutik. Schellings Hegel-Kritik und Hegels Phänomenologie des Geistes* [A opção ontológica. Estudos para o propedêutico de Hegel. A crítica de Schelling a Hegel e a Fenomenologia do Espírito de Hegel], Berlin/New York 1976.

G.W.F. Hegel, Wissenschaft der Logik I [A ciência da Lógica I], em: *Werke in zwanzig Bänden*, E. Moldenhauer, K.M. Michel (org.), Frankfurt/M.: Suhrkamp 1969 ss., vol. 5).

--, G.W.F. Hegel, Ciência da Lógica II, em: *Werke in zwanzig Bänden*, E. Moldenhauer, K.M. Michel (ed.), Frankfurt/M. 1969 ss. Vol. 6.

R.-P. Horstmann, M.J. Petry (Hg.), *Hegels Philosophie der Natur* [A filosofia da natureza de Hegel], Stuttgart 1985.

V. Höhle, *Hegels System. Der Idealismus der Subjektivität und das Problem der Intersubjektivität* [O sistema de Hegel. O idealismo da subjetividade e o problema da intersubjetividade], Vol. 1, Hamburg: Meiner 1988.

K. Marx, *Kritik des Hegelschen Staatsrechts* [Crítica do Direito do Estado de Hegel], em: *Karl Marx, Friedrich Engels, Werke*, Vol 1, Berlin (DDR) 1956ss., 203ss.).

F.W. J. Schelling, *Sämtliche Werke*, K.F.A. Schelling (org.), Stuttgart 1856-1861 (sigla: SW).

--, *Philosophie der Offenbarung* [A filosofia da revelação] 1841/42, M. Frank (org.), Frankfurt/M.: Suhrkamp 21993 (Sigla: Paulus).

F. Schick, *Hegels Wissenschaft der Logik – metaphysische Letztbegründung oder Theorie logischer Formen?* [A ciência da Lógica de Hegel – a última fundação ou a teoria das formas

lógicas?] Freiburg/München 1994.

Alan White: *Absolute Knowledge. Hegel and the Problem of Metaphysics* [*O saber absoluto. Hegel e o problema da metafísica*], Athens, Ohio/London 1983.

*Artigo recebido em abril de 2010*

*Artigo aceito para publicação em maio de 2010*